

FUNDO DE INFRA-ESTRUTURA COMITÊ GESTOR INTERMINISTERIAL

3ª Reunião do Comitê Gestor

Brasília, 20 de fevereiro de 2001.

Participantes:

- ◆ Carlos Américo Pacheco, Secretário Executivo do MCT, Coordenador do Comitê Gestor
- ◆ Abílio Baeta Neves, CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- ◆ Antonio MacDowell de Figueiredo, Secretário da SESu – Secretaria de Educação Superior
- ◆ Evando Mirra de Paula e Silva – Presidente do CNPq
- ◆ André Amaral de Araujo, Diretor da FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
- ◆ Ana Lúcia Almeida Gazzola, Vice-Reitora da UFMG e representante da comunidade científica
- ◆ Carlos Henrique de Brito Cruz, Presidente da FAPESP e representante da comunidade científica

Outras presenças:

- ◆ Fernando Nielander Ribeiro – Superintendente da Área Social e Operações Conjuntas da FINEP
- ◆ Joel Weisz, Chefe do Departamento de Infra-estrutura e Engenharia da FINEP

Assuntos tratados:

1. **Secretaria Executiva do Comitê Gestor:** foi informado que Marco Antônio Raupp não aceitou a coordenação. Será necessário sondar alternativas.
2. **Regulamentação do Fundo:** Pacheco apresentou minuta de decreto regulamentando o Fundo de Infra-estrutura – CTINFRA, que trata basicamente de procedimentos e de organização do fundo.
3. **Proposta de Documento Básico e de Edital:** Fernando Ribeiro tinha enviado, aos membros do Comitê Gestor, proposta de utilização parcial dos recursos do fundo de infra-estrutura para apoio a projetos institucionais, bem como proposta de edital para implementação de planos de desenvolvimento institucional de pesquisas. Os documentos não chegaram a ser apreciados pelo Comitê.
4. **Priorização das IFES:**
 - 4.1. Ana Lúcia lembrou que o Fundo de Infra-estrutura foi pensado como uma forma de atenuar as dificuldades de as universidades federais atenderem às demandas dos fundos setoriais. Por isso, reclamou que pelo menos um percentual dos recursos fosse alocado às instituições federais. Ana Lúcia discorda que possa ser proposta uma ação “emergencial” para as universidades federais, já que, em seu entender, não devem ser usadas formulações que dependam de uma hermenêutica. Propõe que, dos 70% de recursos das regiões S e SE, no mínimo 80% no primeiro ano e 60% no segundo ano vão para universidades federais, sem todavia abrir mão do mérito.
 - 4.2. Figueiredo:

- 4.2.1. Sugere tetos para cada instituição ou sinalização do valor global para cada projeto.
 - 4.2.2. Sugere 80% para instituições federais em 2001 para o País e não só no S e SE.
 - 4.2.3. Os fundos setoriais criam custos nas universidades federais que terão que ser cobertos com o fundo de infra-estrutura.
 - 4.3. Abílio entende que, mesmo que prevalecerem os percentuais propostos pela Ana Lúcia, esse critério não pode superpor-se à avaliação do mérito. Ana Lúcia propõe, nesse caso, fazer o ajuste através de ações sistêmicas.
 - 4.4. Brito Cruz defende que não haja a definição de um mínimo para as universidades federais
 - 4.5. Pacheco informa que os secretários estaduais de C & T vão produzir documento com proposta de editais conjuntos em que haja contrapartida de recursos estaduais aos financiamentos do governo federal. Ele considera esse tipo de parceria pedagógica. Chama atenção, entretanto, que se o fundo ficar restrito a instituições federais, os governos estaduais não haverão de querer participar em editais conjuntos.
 - 4.6. Ana Lúcia entende que essa não pode ser condição de financiamento, pois isso excluiria as universidades federais nos estados em que os governos estaduais não comparecem com verbas.
 - 4.7. Abílio, por sua vez, entende que, para o ano de 2001, essa modalidade é impraticável.
 - 4.8. Ana Lúcia insiste que tem de haver recursos significativos para apoio institucional nas universidades federais neste ano.
5. Em seguida, discutiu-se a composição do fundo, tendo se gerado uma primeira proposta.

Composição do fundo			
R\$ milhões	Desembolso		Comprometido
Ações	2001	2002	2001
Institucional (recuperação de infra-estrutura)	70	30	100
Sistêmico	40	15	55
fomento qualificado (ex.: biologia molecular)	10	10	20
Novas modalidades	5	5	10
Reserva técnica	5	5	10
Apoio e gestão	5	5	10
TOTAL	135	70	205

Foi lembrado que, dentro de cada uma das ações acima, a composição não precisa ser necessariamente 30% para as regiões N, NE e CO. Essa composição tem que prevalecer no total. Os R\$ 10 milhões da Reserva Técnica destinam-se a ações conjuntas com estados, recuperação do RECOPE e outras iniciativas.

- 5.1. Abílio alerta que o conceito de “sistêmico” precisa ser mais bem entendido: a) conta de periódicos da CAPES; b) RNP. Foi lembrado que os recursos do Fundo de Infra-estrutura não devem substituir fontes existentes. Entretanto, Abílio entende que pequena parte deve ser reservada para periódicos e RNP.
- 5.2. Abílio entende ainda que, para 2001, será oportuno aumentar a parte de infraestrutura, mais do que o sistêmico.
6. Ana Lúcia levantou a necessidade de se definir a clientela e alertou que as instituições não-federais estão no S,SE, já que no N, NE e CO as instituições com potencial para concorrer são federais. Com isso, todos os 20% de não-federais estariam concorrendo pelos 70% do S e SE, o que implicaria em apenas 50% para as federais. Portanto, deve se definir que no mínimo 80% das instituições apoiadas em cada região terão que ser federais.
 - 6.1. Evandro alertou para o custo político de não se atenderem às expectativas das IFES.
7. Pacheco levantou a necessidade de se saber como os diversos instrumentos (PADCT, etc.) se integram no financiamento das instituições.
8. Figueiredo apontou que o valor do Fundo ainda é pequeno se comparado aos da SESu. Pacheco propôs então juntar os recursos da SESU com os do Fundo de Infra-Estrutura e fazer um edital único com maior valor e maior peso político.

Encerrou-se a reunião com a constatação de que seria necessária outra reunião para definir o nome do Secretário Executivo do Comitê Gestor, além de se fechar o texto básico bem como o edital, além da regulamentação. Na próxima reunião será ainda definida a questão do teto. Figueiredo avaliará a possibilidade de operação casada com a SESU.